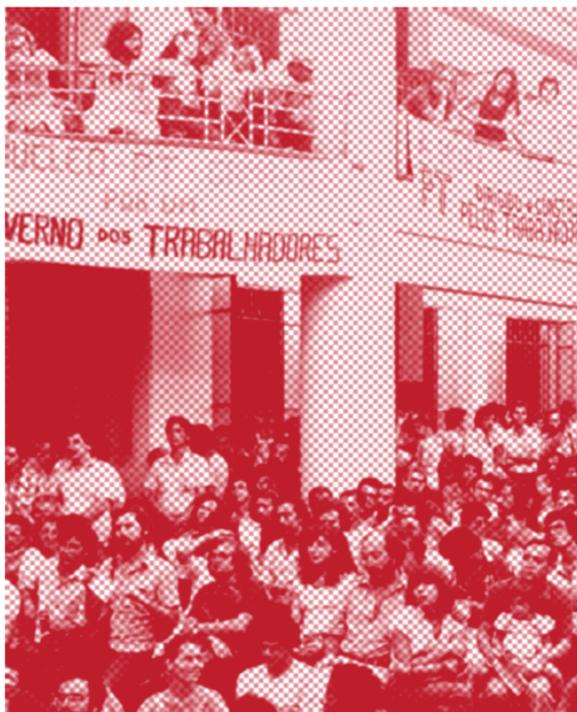




SION, 45 ANOS DEPOIS

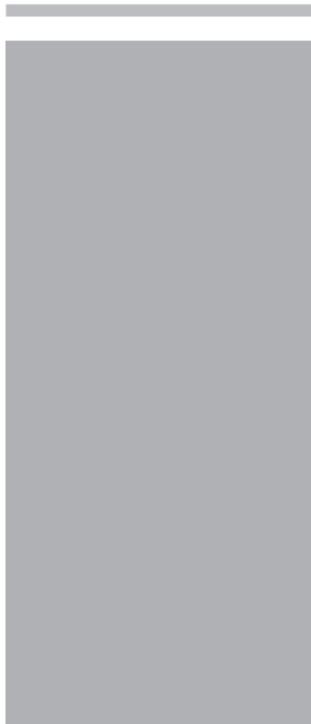


FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores





SION, 45 ANOS DEPOIS



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2ª Edição

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Tássia Rabelo e Valter Silvério

Coordenador editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Costa

Organizador da publicação: Valter Pomar

Fotos: Juca Martins e Guilherme Gandolfi

Projeto gráfico e diagramação: Emilio Font

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

P276s Partido dos Trabalhadores
Sion, 45 anos depois [livro eletrônico] / 2ª ed. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2025.

P. 74

ISBN 978-65-5626-212-3

1. Partido dos Trabalhadores – História 2. Foro de São Paulo I. Título II. Pomar, Valter III. Camacho, Rita IV. Hoffmann, Gleise V. Okamoto, Paulo Tarciso VI. Pereira, Romênio VII. Valente, Mônica



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br

SUMÁRIO

Apresentação	5
VALTER POMAR	
PT: uma trajetória que mudou a história política do Brasil	6
GLEISI HOFFMANN	
Fidelidade ao que somos	9
PAULO TARCISO OKAMOTTO	
PT: uma referência de resistência e organização popular	12
ROMENIO PEREIRA	
O acerto estratégico do PT ao criar o Foro de São Paulo em 1990	15
MÔNICA VALENTE	
Alguns desafios estratégicos	19
VALTER POMAR	
Dez de fevereiro de 1980	34
RITA CAMACHO	
Posfácio	67
RITA CAMACHO	



10 de fevereiro de 1980, colégio Sion, SP.

Foto: Juca Martins

Apresentação

VALTER POMAR

Esta pequena coletânea faz parte de um conjunto de iniciativas da Fundação Perseu Abramo relacionadas ao aniversário de 45 anos de fundação do Partido dos Trabalhadores.

A coletânea inclui textos de Gleisi Hoffmann, que era presidenta nacional do PT quando escreveu o texto contido nesta coletânea; Paulo Okamoto, presidente da FPA; Romênio Pereira, secretário de relações internacionais do Partido; e Mônica Valente, que, além de diretora da Fundação, é secretária executiva do Foro de São Paulo. Esta segunda edição inclui também um texto de minha autoria.

Como um presente para a militância que não pôde estar no ato de fundação do PT em 10 de fevereiro de 1980, a coletânea traz, ainda, reportagem da jornalista e filiada Rita Camacho sobre aquele dia histórico. E um posfácio, que relata a visita que fizemos ao Sion, junto com três dos fotógrafos que cobriram aquele memorável dia.

Boa leitura!

Valter Pomar, diretor de cooperação internacional da Fundação Perseu Abramo

PT: uma trajetória que mudou a história política do Brasil

GLEISI HOFFMANN

O Partido dos Trabalhadores está completando, em 10 de fevereiro, 45 anos de uma trajetória que mudou a história política do Brasil e a vida de milhões de pessoas em nosso país. Temos orgulho de compartilhar com nossos companheiros em todos os países uma história de luta e resistência, rumo à construção do socialismo em uma sociedade democrática, mesmo diante dos novos e imensos desafios que se colocam para o nosso campo político na conjuntura global.

O PT nasceu das lutas concretas dos trabalhadores da cidade e do campo, de suas organizações de base nas fábricas e nos bairros, num tempo em que a exploração capitalista era sustentada pela ditadura militar em nosso país. O presidente Lula forjou sua liderança na luta por melhores salários e pelo direito de greve, no apoio ao movimento pela reforma agrária e nos protestos contra a carestia,

causas profundamente vinculadas com a conquista da democracia no Brasil.

A coerência com suas origens e compromissos levou o PT a ser rapidamente identificado pela imensa maioria como porta-voz e representante do desejo de mudanças sociais imprescindíveis. Decorreram apenas 22 anos entre a criação do partido e a primeira eleição vitoriosa do presidente Lula, em 2022. E aí tiveram início grandes transformações: criamos o Bolsa Família, maior programa de transferência de renda do mundo, vencemos a fome, criamos 20 milhões de empregos, restauramos a soberania nacional e o crescimento econômico, garantimos direitos da população negra, indígena, das mulheres e LGBT+, combatemos com firmeza o desmatamento da Amazônia e a degradação do meio ambiente.

As grandes mudanças contrariaram poderosos interesses, dentro e fora do Brasil, que se articularam no golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016 e no lawfare contra Lula, preso ilegalmente e impedido de disputar as eleições de 2018. Foram tempos de ruína para o país e miséria para o povo, mas também de resistência do PT, do campo popular e dos setores democráticos, contando com a imensa solidariedade internacional que reconhecemos e agradeceremos sempre.

Voltamos ao governo em eleições duríssimas, contra um adversário que roubou recursos públicos para sua campanha, usou a polícia para impedir que eleitores de Lula votassem, contou com o dinheiro e o poder dos bilionários e dos donos das redes sociais para mentir e ameaçar. Enfrentamos uma tentativa de golpe contra a posse de Lula, envolvendo chefes militares corrompidos e defensores do retorno à ditadura. E enfrentamos, nestes dois primeiros

anos, a sabotagem de uma autoridade monetária do governo anterior, que impôs neste período a maior taxa de juros do planeta. Mas não perdemos o compromisso com o povo e com o Brasil.

Neste 45º. aniversário, o PT saúda os companheiros de todos os países com uma mensagem de confiança em nossa capacidade de resistir e juntos enfrentarmos as ameaças da extrema-direita, em nome da democracia, da humanidade e de um mundo sem guerras.

Gleisi Hoffmann

Presidenta do Partido dos Trabalhadores

Fidelidade ao que somos

PAULO TARCISO OKAMOTTO

Voltar à história do ato de fundação do Partido dos Trabalhadores e disponibilizá-la aos nossos militantes, dirigentes e parceiros internacionais foi uma grande ideia da diretoria de cooperação internacional da Fundação Perseu Abramo, a qual eu parablenizo.

Revisitar o momento exato da fundação do PT me fez voltar à construção que fizemos mas, acima de tudo, aos sentimentos da grandeza da missão política do nosso Partido em um país tão desigual como o nosso. O PT já nasceu com lideranças comprometidas e credibilidade para mudar a política brasileira.

É por isso que, com grande emoção, apresento este breve, mas riquíssimo, relato sobre as origens do Partido dos Trabalhadores, há 45 anos. É a emoção de um militante de fábrica que construiu o nascimento do Partido desde o mais importante sindicato brasileiro dos anos 1980, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, mais tarde Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. É a emoção de quem, quatro décadas depois, tornou-se um dirigente

político deste mesmo Partido, agora na presidência da Fundação Perseu Abramo, que carrega em seus arquivos e práticas a memória desta tradição que deu voz e vez aos trabalhadores. A voz que se ainda não emancipou as massas populares de uma dominação arraigada, perversa, dos donos do dinheiro neste país, inscreveu para sempre na agenda do Brasil a luta contra a desigualdade social que aflige o povo.

É simbólico da profunda evolução do Partido dos Trabalhadores o fato de que não havia nenhuma mulher na mesa do Encontro Nacional de 10 de fevereiro de 1980 em que o PT foi criado. Nos últimos seis anos, porém, o partido foi dirigido valorosamente por uma mulher combativa e articulada, Gleisi Hoffman. Antes dela, ao país o PT deu uma dirigente máxima, Dilma Rousseff, que foi golpeada por um impeachment ilegítimo, também motivado pelo extremo conservadorismo de uma sociedade com fortes traços patriarcais e que nunca conviveu bem com o fato de uma militante socialista, do PT e que participou ativamente para livrar o Brasil da ditadura militar, ter sido a primeira mulher a chegar à Presidência.

O presidente Lula lembrou o manifesto de fundação do PT, do qual destaco a ideia fundamental sobre a qual o partido se ergue: ***“O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores.”*** E a presidenta Gleisi disse que esta tarefa se mantém viva: ***“Ela (a eleição do presidente Lula em 2022) é a continuidade de uma trajetória que deve nos conduzir a uma sociedade melhor, mais humana e solidária, com direitos e oportunidades para todos e todas, na construção permanente da transformação rumo à justiça***

que o sistema capitalista não se mostrou capaz de promover.”

Os tempos modernos são extremamente desafiadores. Fenômenos que apenas se esboçavam há 45 anos, agora são preponderantes. Hoje, a concentração de renda nas mãos de poucos é ainda maior e, conseqüentemente, a classe trabalhadora é mais ampla, diversa e fragmentada. O individualismo predomina nas relações sociais. A desigualdade entre as nações é uma chaga mundial cada vez mais aflitiva. O aquecimento global e o negacionismo da ciência são ameaças prodigiosas ao futuro da humanidade. O poder das chamadas Big Techs e dos superbilionários desestabiliza a democracia onde quer que ela exista. Os direitos e as liberdades individuais nunca foram tão ameaçados, desde o final da II Guerra Mundial, em 1945.

Este é um momento crucial para revisitarmos e relembrarmos nossas raízes. A mesma força e combatividade que havia no auditório do Colégio Sion, em São Paulo, há 45 anos, deve mover o PT agora. Aproveito para convidar os nossos partidos e organizações irmãs a somar esforços, identificar as boas experiências progressistas que estão sendo realizadas para enfrentarmos juntos os desafios de nossa época. Pois se há uma coisa que será essencial nos próximos anos, diante do avanço e inovações do capitalismo e da extrema-direita é a necessidade de um Partido como o nosso, expressão da classe trabalhadora, a fidelidade à luta pela justiça social, ao desenvolvimento sustentável e defesa da democracia.

Boa leitura!

Paulo Tarciso Okamoto

Presidente da Fundação Perseu Abramo

PT: uma referência de resistência e organização popular

ROMENIO PEREIRA

O Partido dos Trabalhadores (PT) comemora 45 anos de uma trajetória marcada pela transformação social, pela luta da classe trabalhadora e pela promoção de políticas públicas que fizeram história no Brasil. Fundado em 1980, o PT tornou-se uma referência de resistência, organização popular e avanço em direitos sociais e econômicos. Este marco histórico consolida o partido como uma força política central na construção de um Brasil mais igualitário e justo, mesmo diante dos inúmeros desafios enfrentados ao longo dos anos.

Na política internacional, o PT desempenhou um papel essencial na promoção da colaboração entre os países da América Latina. Foi pioneiro na criação do Foro de São Paulo, que uniu lideranças e partidos progressistas do continente em defesa da soberania nacional, da democracia e da justiça social. Em tempos de crises

regionais e ameaças à integração latino-americana, o PT também se destacou no fortalecimento de alianças que resistem ao avanço do neoliberalismo e buscam construir um caminho de desenvolvimento social e econômico sustentável.

Além disso, nestes 45 anos, o PT estabeleceu relações com partidos progressistas de todos os continentes, promovendo um intenso intercâmbio de experiências e colaborando para o enfrentamento de pautas comuns, como a defesa dos direitos dos trabalhadores, a luta contra a desigualdade e o combate à fome. Ao estreitar laços diplomáticos com países do Sul Global, o PT não só fortaleceu o papel do Brasil no cenário internacional, mas também contribuiu para a construção de uma agenda de cooperação mútua e ações globais em prol da justiça social.

No entanto, o avanço da extrema direita no Brasil e no mundo nos últimos anos trouxe novos desafios para a democracia e para a luta por direitos sociais. O crescimento de discursos autoritários e de políticas excludentes afetou gravemente as populações mais vulneráveis, além de ameaçar conquistas históricas. Nesse contexto, o PT reafirma seu compromisso de estar na linha de frente da resistência democrática, construindo alianças com movimentos sociais, partidos progressistas e organizações internacionais para enfrentar as dificuldades impostas por esse cenário.

O PT também carrega em sua história a marca da transformação não apenas para os trabalhadores brasileiros, mas para os povos de diversos países que se inspiraram em projetos inclusivos e progressistas desenvolvidos durante os governos petistas de Lula e Dilma. Por isso, é fundamental seguir ampliando os espaços de diálogo e construindo propostas conjuntas para enfrentar os desa-

fos do presente, como a crise climática, a fome e as desigualdades sociais — no Brasil e no mundo.

Celebrar os 45 anos do PT é, portanto, celebrar a luta pela democracia, pela justiça social e pela resistência global contra o autoritarismo. Com coragem e determinação, o partido reafirma seu papel como motor de transformação e como uma força indispensável na construção de um futuro melhor. Salve o PT e seus 45 anos de história, resistência e conquistas!

Romenio Pereira

Secretário de Relações Internacionais do PT

O acerto estratégico do PT ao criar o Foro de São Paulo em 1990

MÔNICA VALENTE

Escrever sobre a história do PT nos seus 45 anos não seria completo se não contássemos a história da criação do Foro de São Paulo e o protagonismo do Partido na sua fundação. Corria o ano de 1990, o mundo enfrentava a avalanche política e midiática da queda do Muro de Berlim, fato que muitos compreendiam como o fim do socialismo, da Guerra Fria, e o triunfo do capitalismo sob a égide do modelo neoliberal, consubstanciado no chamado Consenso de Washington.

O PT, através de sua direção sob o pensamento de Lula, do professor e militante internacionalista Marco Aurelio Garcia, formula assim, junto com o presidente Fidel Castro, outro importante protagonista latino americano, uma estratégia internacional que se mantém atual frente aos desafios que a humanidade tem pela frente neste século XXI.

Diz a Declaração de São Paulo, quando do primeiro encontro do que veio a ser o Foro de São Paulo:

“Inédito pela sua amplitude e pela participação das mais diversas correntes e movimentos ideológicos de esquerda, o encontro reafirmou, na prática, a disposição das forças de esquerda, socialistas e anti-imperialistas do subcontinente partilhem análise e balanços de suas experiências e da situação mundial. Abrimos assim novos espaços para responder aos grandes desafios que hoje se colocam para a nossa povos e a nossa esquerda, socialista, democrática, popular e anti-imperialistas. No decurso de um debate intenso, verdadeiramente franco, plural e democrático, lidamos com alguns dos grandes problemas que surgem diante de nós. Nós analisamos a situação do sistema capitalista mundial e da ofensiva imperialista, coberta por um discurso neoliberal, lançado contra os nossos países e o nosso povo. Nós avaliamos a crise na Europa de Leste e o modelo de transição para o socialismo aí imposto. Revimos as estratégias revolucionárias da esquerda nesta parte do planeta e os desafios que a situação internacional coloca. Nós seguiremos em frente com estes e outros esforços unitários.”

“Mas também definimos aqui, em contraste com a proposta de integração sob dominação imperialista, as bases de um novo conceito de unidade e integração continental. Envolve a reafirmação da soberania e autodeterminação de América Latina e nossas nações, para a plena recuperação de nossa identidade cultural e histórica e a

promoção da solidariedade internacionalista de nossas cidades. Significa defender a herança latino-americana, acabar com a fuga e exportação de capitais do subcontinente, abordar conjunta e unitariamente o flagelo da dívida externa impagável e a adoção de políticas económicas em benefício da maioria, capazes de combater a situação de miséria em que vivem milhões de latino-americanos. Exige, finalmente, um compromisso ativo para validade dos direitos humanos e com a democracia e a soberania popular como valores estratégicos, colocando as forças de esquerda, socialistas e progressistas enfrentando o desafio de renovar constantemente seus pensamentos e ações.”

Os Encontros seguintes reafirmaram a vontade política de continuar esta trajetória de diálogo e intercâmbio entre os diversos partidos e movimentos políticos da América Latina e Caribe. Os balanços políticos, ano após ano, mostraram a crescente influência dos partidos do Foro de São Paulo na região. Ao longo dos anos 1990, esses partidos buscaram resistir às políticas ortodoxas do modelo neoliberal e estabeleceram interlocuções importantes junto aos movimentos sociais, sindicais e populares, no bojo das campanhas contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e de construção do Fórum Social Mundial. Entre o final dessa década e meados dos anos 2000, diversos desses partidos chegaram pela primeira vez aos governos nacionais de seus países por meio de uma série de vitórias eleitorais históricas na região.

Ao longo desses 35 anos, sedimentaram-se as plataformas anti-neoliberais que se tornaram a base dos programas táticos e eleito-

rais vitoriosos dos partidos de esquerda e coalizões progressistas, dando condições ao Foro de São Paulo para coordenar o respaldo político regional e internacional aos governos progressistas latino-americanos e caribenhos.

Apesar das particularidades sociais, econômicas e políticas de cada país, em linhas gerais e com graus variados, os novos governos de esquerda, progressistas e democrático-populares, conseguiram reduzir as desigualdades históricas presentes em nosso continente por meio de uma série de políticas públicas de caráter inclusivo e aplicaram diretrizes autônomas de política externa e de integração regional, que se manifestaram, por exemplo, na reorientação política do Mercado Comum do Sul (Mercosul), na criação da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Desde seu primeiro Encontro, o PT se encarrega da Secretaria Executiva do Foro, uma instância de articulação e coordenação de esforços e atividades. Nestes 35 anos, o Foro de São Paulo tem se transformado em um espaço inédito de construção de consensos na América Latina e Caribe para tornar nossa região mais soberana e autônoma e, assim, tornar nossos países mais desenvolvidos e justos socialmente .

Parabéns PT! Feliz Aniversário!

Mônica Valente

Secretária executiva do Foro de São Paulo

Alguns desafios estratégicos

VALTER POMAR

Nunca é demais lembrar que o PT venceu 5 das 9 eleições presidenciais realizadas desde 1989; ficou em segundo lugar nas outras quatro. Sem dúvida alguma, na história do Brasil, nunca um partido de esquerda foi tão influente, ao menos do ponto de vista eleitoral.

Entretanto, as mudanças que, ao longo de seus 45 anos de vida, o PT conseguiu introduzir na sociedade brasileira, em particular depois que chegou ao governo federal pela primeira vez, não foram suficientes para mudar as estruturas de propriedade, riqueza e poder prevalentes no Brasil.

Além disso, as mudanças positivas introduzidas no período em que petistas ocuparam a presidência da República não resistiram ao golpismo e ao governo da extrema-direita.

Quando chegou pela terceira vez à Presidência da República, em 2023, Lula encontrou um país sob inúmeros aspectos pior do que o existente em 2003. Hoje, as forças contrárias à mudança são

mais fortes do que foram no passado.

Por outro lado, embora ainda não tenha conseguido transformar estruturalmente o Brasil, o PT vem sendo estruturalmente transformado. Considerando tanto o que não conseguimos fazer quanto o que fizeram de nós, precisamos responder *o que fazer*, no presente e no futuro, para que o PT não se converta em “um partido com um grande passado pela frente”. Como o PT deve agir para conseguir mudanças estruturais na sociedade brasileira? O que devemos fazer para voltar a funcionar como se espera que funcione um partido que espera transformar positivamente a sociedade?

Óbvio, o que está ocorrendo conosco não é propriamente uma novidade. Até hoje, as tentativas feitas pela esquerda ou pelos “progressistas” no sentido de mudar os rumos do Brasil sempre terminaram em derrotas relativas.

Nossa independência política frente a Portugal não superou a dependência frente à Inglaterra e, depois, aos Estados Unidos. A escravidão foi “abolida”, mas as marcas da escravidão seguem entre nós. A República nasceu atravessada pelos militares e controlada pelo latifúndio. A industrialização não foi acompanhada de reforma agrária, nem tampouco de um “estado de bem-estar social”. A redemocratização foi contemporânea do neoliberalismo. E os governos de esquerda não implementaram, até agora, as grandes reformas estruturais que fazem parte do programa do PT.

Até mesmo a industrialização capitalista do Brasil, no passado, foi feita geralmente apesar e muitas vezes contra setores expressivos da classe dominante. Hoje, em que necessitamos de uma industrialização de novo tipo, não se pode nem se deve esperar nada

dos capitalistas: ou o Estado assume o protagonismo, ou seguiremos sendo uma subpotência primário-exportadora.

Noutras palavras: se depender da classe dominante, especialmente de suas frações financeira, do agronegócio, da mineração e das transnacionais, nosso país continuará como sempre foi: dependência profunda, desigualdade abissal, democracia limitada, desenvolvimento parcial.

A classe dominante não apenas lucra com o *status quo*, como sabe que perderia muito caso nosso país superasse a dependência e a desigualdade, caso se tornasse realmente democrático e desenvolvido. Façamos as contas: para mudar o lugar do Brasil no mundo, é preciso enfrentar o imperialismo; para enfrentar o imperialismo, é preciso contar com o apoio das classes trabalhadoras; para contar com as classes trabalhadoras, é preciso distribuir em alguma medida a propriedade, a riqueza e o poder; ao fazer isso, a classe dominante acredita que perderia mais do que aceitando a posição subalterna que hoje ocupa no mundo.

Por isto, uma transformação estrutural do Brasil depende essencialmente das classes trabalhadoras. Somente por ação das classes trabalhadoras será possível construirmos um Brasil soberano, com altos níveis de bem-estar social, de liberdades democráticas e de desenvolvimento.

As classes trabalhadoras só conseguirão fazer isto caso se tornem classe dominante. Ou seja, se tiverem poder suficiente para mudar as estruturas da sociedade brasileira. Acontece que uma sociedade onde as classes trabalhadoras detenham tal quantidade de poder terá se transformado em uma sociedade socialista. Pois a essência do socialismo é o controle do poder pelos que vivem do

seu trabalho.

Noutras palavras: um Brasil soberano, democrático, com altos níveis de bem-estar e desenvolvimento, será também um país socialista. Não era esse o ponto de vista da maior parte da esquerda brasileira, ao menos entre 1922 e 1980. Especialmente no Partido Comunista, mas não só, prevalecia a ideia de que, antes de o Brasil iniciar uma transição socialista, seria necessário construir um país soberano, democrático e desenvolvido. Ou seja, primeiro, um “capitalismo melhor”, depois, a luta pelo socialismo.

Uma das grandes novidades do PT nos anos 1980 foi derrubar esta “muralha da China” que, na cabeça de grande parte da esquerda, separava o socialismo dos objetivos democráticos e nacionais. Nos anos 1990, entretanto, aconteceu uma tripla mudança: o socialismo soviético veio abaixo; o neoliberalismo tornou-se hegemônico na economia, na sociedade e na política brasileira; e o PT mudou de estratégia.

A mudança na situação mundial contribuiu para que o Brasil, em certa medida, retrocedesse ao que ele havia sido nos anos 1920, ou seja, uma nação primário-exportadora. E esse retrocesso no Brasil também afetou o PT.

Paradoxalmente, essa situação segue contemporânea de uma brutal crise sistêmica mundial, nos planos ambiental, militar, política, social e econômico. Tal crise sistêmica confirma duas coisas: a continuidade do capitalismo ameaça a sobrevivência da humanidade e, por isso mesmo, o socialismo não apenas está na ordem-do-dia, como se tornou mais urgente do que nunca fora.

Ao mesmo tempo, estamos em um momento geopolítico em que está dada pelo menos uma das condições necessárias para que

o Brasil se liberte da condição de subpotência primário-exportadora e estufa do capital financeiro. Esta condição é o declínio da potência hegemônica, os Estados Unidos.

Como aconteceu no passado, é nos momentos de crise mundial que aumenta a possibilidade das sociedades fazerem transformações internas e, inclusive, mudar o seu lugar no mundo. A atual crise sistêmica, em particular a disputa entre EUA e China, abre uma “janela” que o Brasil pode e deve aproveitar para mudar sua sociedade e seu lugar no mundo.

Esta “janela” não ficará aberta para sempre. Se não aproveitarmos a oportunidade, não importa quem venha no futuro a hegemônizar o mundo, seguiremos dependentes. E nossa dependência seguirá produzindo desigualdade, a desigualdade seguirá restringendo as liberdades democráticas, o conjunto da obra seguirá limitando nosso desenvolvimento.

Por outro lado, caso tenhamos êxito na luta em favor dos objetivos históricos das classes trabalhadoras, caso o Brasil se torne um país socialista, isto dará uma contribuição imensa para a luta mundial pelo socialismo. Como é óbvio, se um país com a potência do Brasil se tornar socialista, isto alterará significativamente a correlação de forças mundial entre socialismo e capitalismo.

Mas, para que isso aconteça, é preciso que a classe trabalhadora brasileira detenha o poder. A experiência que tivemos desde 1980, especialmente a partir de 2003, particularmente em 2016, mas também analisando nossa situação em 2025, demonstra que governos têm poder, mas não concentram todo o poder.

Em 2016, depois de termos vencido quatro eleições presidenciais, fomos derrubados por um golpe parlamentar, midiático e

judicial. Em 2025, apesar de termos a Presidência da República, a famosa “correlação de forças” nos impõe imensos limites.

Acontece que poder, assim como o capital, não é uma “coisa”, mas, sim, uma relação. Portanto, para que as classes trabalhadoras detenham o poder, é preciso que a classe capitalista deixe de ser dominante, ou seja, deixe de ter a maior parte do poder de que dispõe hoje.

Este poder da classe dominante advém, em primeiro lugar, do controle dos meios de produção. Enquanto a classe dos capitalistas controlar a maior parte das empresas e dos recursos financeiros, ela terá os meios para decidir ou pelo menos influenciar fortemente os rumos da sociedade brasileira.

O poder dos capitalistas advém, em segundo lugar, do controle das instituições de Estado. Embora sejam minoria numérica na população brasileira, os capitalistas controlam, direta ou indiretamente, a maior parte do Congresso Nacional, dos governos estaduais e dos governos municipais. Além disso, os capitalistas têm enorme presença no atual governo federal e no Banco Central. As forças armadas, as polícias e o sistema judiciário são ideologicamente alinhados com os valores capitalistas, sem falar dos vínculos políticos e inclusive familiares que existem entre os juízes, o oficialato e o empresariado.

O poder dos capitalistas advém, em terceiro lugar, do controle de uma rede de instituições privadas que estão, direta ou indiretamente, comprometidas com a manutenção da ordem baseada na exploração do trabalho pelo capital. Entre estas instituições, destaca-se grande parte dos meios de comunicação, cultura, esportes, educação e igrejas. O crime organizado, inclusive na sua versão

milicianas, também faz parte desta rede de instituições privadas comprometidas com a exploração do trabalho pelo capital.

O poder dos capitalistas advém, em quarto lugar, do apoio internacional, particularmente decisivo quando há governos de esquerda, que precisam ser sabotados e/ou derrubados pela ingerência externa.

Finalmente, há a força da inércia, do “sempre foi assim e sempre será”.

Para que as classes trabalhadoras venham algum dia a deter o poder, faz-se necessário enfraquecer ao extremo o poder dos capitalistas e, de forma mais ou menos simétrica, fortalecer no limite o poder das classes trabalhadoras.

É preciso, em primeiro lugar, ampliar a propriedade coletiva, estatal, pública dos meios de produção. Fazer a reforma agrária e urbana. Impor limites ao poder dos capitalistas sobre suas empresas e, também, sobre seus recursos financeiros. O sistema financeiro, em particular, precisa estar sob controle do Estado, não de um oligopólio privado. Só desta forma poderemos industrializar o país, uma industrialização de novo tipo, que nos converta em uma das grandes “oficinas e laboratórios” do mundo.

É preciso, em segundo lugar, ampliar a presença da classe trabalhadora nas instituições de Estado. Mas esta ampliação esbarra nos mecanismos de eleição e de “seleção” vigentes hoje e desde há muito tempo. Por isso, com base nas regras atuais, não há como ampliar suficientemente nossa presença na chamada institucionalidade; para isso, é preciso construir uma nova institucionalidade, um Estado de novo tipo. Não apenas uma reforma eleitoral ou política, mas uma profunda reforma do Estado. Sem isso, as classes

trabalhadoras nunca terão o controle dos parlamentos, dos executivos, do judiciário, das forças armadas e das polícias, muito menos de “agências” como o Banco Central.

É preciso, em terceiro lugar, construir uma rede de instituições privadas comprometidas com o Trabalho na sua luta contra o Capital: meios de comunicação, cultura, esportes e educação a serviço da humanidade, não a serviço dos capitalistas. Mas, acima de tudo, é preciso fortalecer as organizações típicas das próprias classes trabalhadoras: os sindicatos, os movimentos, os partidos de esquerda. Sem auto-organização das classes trabalhadoras, não se conquistará o espaço possível de conquistar na atual institucionalidade, não se criará uma nova institucionalidade, nem se manterá sob controle a nova institucionalidade que vier a ser criada.

É preciso, em quarto lugar, construir uma rede de apoio internacional, particularmente na América Latina e Caribe. Quanto mais ocupado estiver o imperialismo, mais difícil será ele concentrar toda a sua energia contra uma determinada sociedade.

Finalmente, é preciso contrapor, à inércia do “sempre foi assim e sempre será”, uma cultura de massas estruturada em torno da ideia de que outro mundo é possível, urgente e necessário: um mundo socialista.

Não haverá socialismo, nem transformação estrutural, sem que haja um élan revolucionário pelo menos em uma parte importante da classe trabalhadora. Isso implica em difundir valores democráticos, populares, ambientais, nacionais, integracionistas, internacionalistas, feministas, contrários a todo tipo de racismo, intolerância e preconceito, laicos. Criar uma cultura cívica socialista de massas é condição necessária para combater a ideologia fascista e as teo-

logias neoliberais.

No mundo ideal, cabe ao Partido organizar este conjunto de ações e metas em um plano coerente, incluindo neste plano enfrentar e derrotar os contra-ataques dos capitalistas. Entretanto, para que este “plano coerente”, para que esta estratégia possa ser implementada, é preciso, entre muitas outras ações, superar o déficit teórico que pesa sobre a esquerda brasileira.

A vitória do socialismo depende da luta prática, da mobilização de dezenas de milhões de pessoas. Embora muitas vezes não pareça ser assim, uma das principais características do ser humano é pensar antes de agir, ou seja, prefigurar na sua mente os atos que vai realizar. Isto que vale para um ser humano individual também vale para as organizações e para as grandes massas, ainda que nestes casos o processo seja mais complexo e envolva outras variáveis. Em qualquer caso, quanto mais precisa for a definição dos objetivos que se pretende alcançar, quanto mais exata for a compreensão adequada da realidade sobre a que se vai agir, assim como o conhecimento acerca da história nacional e mundial da luta pelo socialismo, maiores as chances de êxito.

E a verdade é que, ao menos no caso do Partido dos Trabalhadores, nosso conhecimento coletivo possui imensas lacunas. Isso acontece, em alguns casos, devido à nossa debilidade na formação política; noutros casos, devido a mudanças na própria realidade, que ainda não foram devidamente estudadas e compreendidas; mas também devido a redução da mobilização social.

A classe trabalhadora aprende principalmente na luta; é através da luta que milhões de pessoas se libertam da ideologia dominante; é através da luta que milhões de pessoas “pesquisam” e

compreendem a realidade. Menos luta implica em maior influência da ideologia dominante, menos compreensão da realidade, menos formação política, menos militantes.

Em tempos de grande mobilização social, a formação política organizada serve para aperfeiçoar a qualidade de quem está combatendo e aprendendo no próprio combate. Já em tempos de reduzida mobilização social, a formação política é essencialmente um “sucedâneo”, um “paliativo”, uma “política compensatória”, uma “redução de danos”.

Por isso mesmo, nestes momentos de baixa mobilização social, é preciso dar a máxima atenção para a qualidade e para a quantidade: necessitamos de uma formação política de alta qualidade e que abranja o maior número possível de pessoas. Só assim aquele “paliativo” terá alguma serventia efetiva.

E a serventia de nossa formação será tanto maior quanto melhor for nossa compreensão da realidade brasileira. Evidente que precisamos compreender a dinâmica mundial do capitalismo, evidente que precisamos de um balanço atualizado da luta pelo socialismo no século passado e nesse, assim como também é evidente que precisamos conhecer a tradição marxista em suas múltiplas variantes.

Mas nada disso é suficiente caso não tenhamos uma leitura adequada da sociedade brasileira, especialmente das classes e da luta de classes no Brasil de 2025.

Desde que o PT foi criado até hoje, a classe dos capitalistas se transformou, tendo diminuído o tamanho e a influência da burguesia industrial e crescido o peso de outros setores, como o financeiro. As classes trabalhadoras também mudaram. Por exemplo,

diminuiu o peso e a influência do proletariado industrial e cresceu o peso e a influência de outros setores da classe trabalhadora. Mudanças objetivas, cujos desdobramentos subjetivos incidem nas formas e nos resultados da luta de classes, tornando necessária uma explicação de conjunto que ainda não foi formulada e sem a qual seguiremos caminhando, mas com dificuldade.

Para começo de conversa: nós não somos o partido de “todo o povo” brasileiro, somos o partido das classes trabalhadoras brasileiras. Nosso objetivo é hegemonizar a maior parte do povo brasileiro, para o que precisamos derrotar aquela minoria da população que integra a classe dominante. Mas mesmo quando nos tornarmos hegemônicos, devemos continuar sendo o partido das classes trabalhadoras.

Claro que podemos e devemos utilizar os termos “povo” e “popular”. Assim como devemos disputar a nação e seus símbolos. Não podemos deixar que estes termos sejam apropriados pela classe dominante, em particular pela extrema-direita; mas é preciso entender qual o sentido de classe que damos a estas “palavras” e a outras similares.

As classes trabalhadoras brasileiras só existem na luta. Fora da luta, submetidas à dominação política e ideológica da classe dominante, as classes trabalhadoras se convertem num aglomerado de setores, frações e interesses conflitantes entre si. Por isso, é importante compreender objetivamente as classes (os trabalhadores pequenos proprietários e os trabalhadores assalariados, os diferentes tipos de pequenos proprietários e os diferentes tipos de assalariados, os que trabalham por conta própria, os que possuem algum tipo de propriedade, os que assalariam outros trabalhadores, as di-

ferências de gênero, geracionais, étnicas, religiosas e regionais etc.).

Mas mais importante ainda é colocar o conjunto das classes trabalhadoras em movimento por seus interesses comuns. Sem isso, prevalecerão a fragmentação e os conflitos no seio do povo.

Nossa luta comum é contra a classe dos capitalistas, especialmente contra suas frações financeira, primário-exportadora e transnacional. Claro que, classe dominante há indivíduos que simpatizam com as causas das classes trabalhadoras. Também há setores – especialmente os burgueses pequenos e os burgueses médios – que podem e devem ser atraídos pela classe trabalhadora. Aliás, dada a centralidade que a industrialização tem em nosso programa, a burguesia média e pequena terá grande espaço para se desenvolver em uma sociedade controlada pelas classes trabalhadoras. Mas, enquanto classe, o conjunto dos capitalistas, o conjunto da classe dominante é nossa inimiga e deve ser derrotada. É possível e muitas vezes necessário fazer alianças táticas com inimigos. Mas com eles não cabe nenhuma aliança estratégica.

Para executar nosso programa, a classe trabalhadora precisa conquistar o poder. E, como já dissemos, a luta pelo poder não se resume à chamada luta institucional. Disputar eleições, exercer mandatos legislativos e executivos é parte da luta pelo poder. Mas o poder obtido por este caminho é totalmente insuficiente.

O Estado que, ao longo de décadas e séculos, foi construído e controlado pela classe dominante não foi feito para a classe trabalhadora exercer o poder. É preciso, portanto, combinar a luta por ocupar espaços no aparelho de Estado, com a construção de um contrapoder da classe trabalhadora, fora do aparelho de Estado e voltado, no limite, a construir outro tipo de Estado.

O PT, quando foi criado, compreendia isto quase que instintivamente. Depois, buscou formular a respeito. Mais recentemente, vem em boa medida abandonando a reflexão a respeito. Como resultado deste processo, tudo que diz respeito à construção de um contrapoder das classes trabalhadoras foi sendo secundarizado, esquecido ou terceirizado.

Ao mesmo tempo, o Partido foi meio que se “especializando” em uma única dimensão da luta: a eleitoral-institucional. Tivemos grande êxito nesse terreno institucional e eleitoral. Mas hoje está cada vez mais evidente que a unilateralidade de nossa estratégia está prejudicando inclusive nosso desempenho eleitoral e muitas vezes transformando nossa presença na institucionalidade numa verdadeira armadilha: ao invés de conquistarmos o “palácio”, nos transformamos em prisioneiros dele.

Uma das consequências desta unilateralidade consiste na atitude, de muitos mandatários petistas, que se convertem em paladinos do “sistema”, das “instituições”, ao mesmo tempo em que deixam a extrema-direita se fantasiar de “antissistêmica”.

A extrema-direita surge nos momentos de profunda crise do capitalismo, quando parte das classes trabalhadoras estão despertando para a necessidade de “virar o mundo de ponta cabeça”. Nesse ambiente, a extrema-direita busca se apropriar da insatisfação que os trabalhadores têm contra o “sistema” e tenta converter esta insatisfação em raiva contra outros trabalhadores (as vítimas geralmente são os migrantes, os negros e negras, as mulheres, os lgbt, os trabalhadores de esquerda).

Vale dizer que esta operação da direita está na origem da confusa discussão acerca do chamado identitarismo.

A direita joga uns setores contra outros, estigmatizando as principais vítimas. Uma parte da esquerda reage a isto, fazendo uma defesa intransigente, a ultranza, dos direitos dos setores estigmatizados pela direita. Outra parte da esquerda reage, fazendo uma defesa abstrata, genérica, da “classe” tal qual seria se fosse homogênea, mesmo sob pena de largar a mão de muitas vítimas.

O desafio, por óbvio, está em defender os trabalhadores realmente existentes: as classes trabalhadoras no Brasil são majoritariamente femininas e negras, além de profundamente diversas sob inúmeros outras facetas; como diria o famoso alemão, são concretas enquanto síntese de múltiplas determinações.

Se a esquerda não disputar a insatisfação e a raiva que nossas classes trabalhadoras têm do “sistema”, se a esquerda não for a campeã da luta contra o status quo, se a esquerda abrir mão de defender a revolução, a ruptura, as reformas estruturais, estaremos ajudando no crescimento da extrema-direita. E não se trata, apenas, de uma questão circunscrita a batalha cultural, ideológica, de visões de mundo. Trata-se de algo com efeitos políticos imediatos.

A classe trabalhadora não é nem pode ser tratada como “eleitorado”; as classes trabalhadoras são as grandes protagonistas da transformação do Brasil e por isso mesmo estas classes trabalhadoras precisam educar a si mesmas, organizar a si mesmas e mobilizar a si mesmas.

O Partido é essencial nesse tríplice esforço e por isso precisa estar presente, de forma organizada, nos locais de trabalho, moradia, educação e lazer, no campo e na cidade. Portanto, o Partido precisa abrir grande espaço, na agenda de suas direções em todos os níveis, para debater as questões e lutas do cotidiano da classe,

para planejar como fará o famoso “trabalho de base”, como enfrentar a presença cada vez mais capilarizada e organizada da direita nos territórios, junto à classe trabalhadora.

Nada disso será feito, entretanto, se prevalecer a deformação estratégica que só tem olhos, tempo e dinheiro para as ações eleitorais e institucionais. Se superar esta deformação, o PT seguirá contribuindo na transformação profunda do Brasil, no sentido de um país verdadeiramente soberano, igualitário, democrático e desenvolvido. Portanto, um país socialista.

Dez de fevereiro de 1980

RITA CAMACHO

A emancipação da classe trabalhadora será obra da própria classe trabalhadora. E um dos instrumentos fundamentais desta saga emancipatória são os partidos políticos. No Brasil, há vários partidos que pretendem expressar os objetivos imediatos e históricos da classe trabalhadora. Mas não há dúvida acerca de que, dentre estas organizações, a mais representativa, influente e destacada é o Partido dos Trabalhadores.

O PT possui 2.646.213 filiadas e filiados num país com 212 milhões de habitantes, o que resulta numa média de um filiado a cada 80 habitantes. A título de comparação, vejamos dois exemplos bem distintos. Na República Popular da China, cuja população é de 1,4 bilhão de pessoas, o Partido Comunista tem 98 milhões de filiados, ou seja, um filiado a cada 14 habitantes. Já na vizinha República do Uruguai, que possui 3,5 milhões de habitantes, o número de simpatizantes ativos — o equivalente a filiado — da Frente Ampla chega a 200 mil, resultando numa média de um a cada 17 habitantes.

Embora relativamente pequeno em termos de filiação, a influência do PT é significativa, especialmente no movimento sindical, nos movimentos sociais em geral, na juventude, entre as mulheres, negros e negras, nas populações periféricas das grandes cidades, entre a classe trabalhadora, especialmente junto aos setores com menor remuneração. Um indicador desta influência são as pesquisas segundo as quais em torno de 30% do eleitorado brasileiro se considera simpaticante do Partido dos Trabalhadores.

Esta influência se traduz em força eleitoral e presença nas instituições, especialmente no governo federal. Embora a maioria das 5.570 mil cidades e dos 27 estados brasileiros nunca tenha sido governada por alguém filiado ao PT, o partido venceu cinco das nove eleições presidenciais diretas realizadas depois da ditadura militar e ficou em segundo lugar nas outras quatro.

Na história brasileira, isto não é a regra, mas, sim, a exceção. Desde a fundação da República até o final da ditadura militar, tivemos 32 presidentes. Destes, apenas dois podem ser considerados “de esquerda”: Getúlio Vargas e João Goulart, ambos do Partido Trabalhista Brasileiro. Acontece que ambos eram latifundiários e tiveram seus mandatos interrompidos por golpes. Sem falar que, entre 1930 e 1945, Getúlio Vargas governou o Brasil como ditador, tendo sido responsável por uma dura repressão contra o movimento sindical, contra a esquerda e, em particular, contra os comunistas.

Apesar de ser uma exceção na história do Brasil, para os brasileiros e brasileiras que nasceram depois de 2002 a presença do PT no governo federal pode parecer uma regra, não uma excepcionalidade. Afinal, tivemos Luiz Inácio Lula da Silva governando o

Brasil de 2003 a 2010, Dilma Rousseff de 2011 a 2016 e novamente Lula desde janeiro de 2023. Este é um dos motivos que explica o fato de parcela da população brasileira ser enganada pelo discurso da extrema-direita, que apresenta o PT como parte do “sistema”. Provavelmente, foi este o motivo, também, que levou a presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffmann, e Lula a fazerem, recentemente, discursos lembrando o que somos e de onde viemos.

Ambos discursaram durante o seminário *A realidade brasileira e os desafios do Partido dos Trabalhadores*, realizado em Brasília e organizado pela Fundação Perseu Abramo em novembro de 2024.

Na oportunidade, Gleisi Hoffmann disse o seguinte:

A reflexão mais importante que podemos fazer neste momento é sobre o papel do PT no presente e no futuro do nosso país. É compreender para que serve o partido que fundamos, sob a liderança do presidente Lula, há 45 anos que se completam em fevereiro próximo.

Certamente, o PT não serve para perpetuar as estruturas sociais, políticas e econômicas injustas e excludentes que marcam a história e o presente do nosso país.

O PT nasceu para transformá-las: lutando contra a ditadura, que ainda hoje inspira a extrema-direita, a exploração dos trabalhadores, que mudou de formas, mas permanece na essência, e a indecente concentração da renda nas mãos dos que nos impõem a cartilha do neoliberalismo.

Para que serve o PT se não for para representar, dar voz e organizar politicamente a imensa maioria que sofre com

essa realidade? Se não for para denunciar as injustiças, elaborar e implantar políticas de desenvolvimento econômico com inclusão social?

Para que serve o PT se não for para garantir que as crianças e jovens deste país tenham acesso a ensino público de qualidade em tempo integral? Se não for para garantir o fortalecimento do SUS, o acesso universal à saúde, aos medicamentos, ao bem-estar das famílias?

Para que serve o PT, se não for para que todas as famílias deste país tenham direito a habitação digna, com saneamento, segurança, lazer e qualidade de vida? Se não for para revolucionar um transporte público ineficiente, caro e ambientalmente insustentável?

Para que serve o PT se não for para levar o Brasil à liderança das ações ambientais, a combater o desmatamento, prevenir os desastres climáticos, educar para a preservação?

E para que serve o PT se não for para garantir o reconhecimento dos direitos das mulheres, dos negros, quilombolas, indígenas, dos deficientes, da população LGBT, de todos os que sofrem preconceito, discriminação e violência neste país?

Para que serve o PT se não for para garantir a soberania do Brasil, defender e resgatar o patrimônio nacional que foi roubado ao povo que o construiu, em transações criminosas nos anos recentes de governos neoliberais?

Se for para deixar que os preços dos combustíveis, da energia e dos serviços públicos essenciais sejam definidos

com base no lucro de empresas privadas ou privatizadas, para que serviria o PT?

Se for para manter a escandalosa injustiça tributária, que faz os trabalhadores pagarem os impostos que não atingem os bancos, os poderosos setores isentos os muito ricos e seus herdeiros, para que serviria do PT?

Se for para sacrificar aposentados, trabalhadores, a saúde, a educação, a própria economia do país em nome da ortodoxia fiscal, como estamos vendo na Argentina, para que serviria o PT?

Se for para satisfazer a ganância insaciável do sistema financeiro, sufocando o país com juros estratosféricos e assistindo impassivelmente à especulação com o câmbio, para que serviria o PT.

Companheiras e companheiros,

Estas são reflexões que devemos fazer todos os dias, para não perder de vista a missão e o próprio sentido da existência do nosso partido.

Sabemos que o país mudou muito desde que o PT foi criado e mudou ainda mais desde que chegamos ao governo com Lula pela primeira vez, em 2002.

Os debates que estamos fazendo neste seminário, organizado pela Fundação Perseu Abramo, talvez estejam chegando tarde na visão de algumas pessoas.

Deveríamos estar avaliando e atualizando há mais tempo as transformações no mundo do trabalho, nas comunicações, nas demandas sociais e nos eixos da disputa política. Ocorre que o PT passou os últimos dez anos enfrentando

a maior operação de cerco e destruição que já se armou contra um partido político na história deste país.

Enquanto a extrema-direita se organizava nas redes sociais e o neoliberalismo governava a partir do golpe contra a presidenta Dilma, nós estávamos cuidando de sobreviver.

Enquanto eles mitificavam o individualismo, demonizavam a política e reduziam o estado ao mínimo, nós estávamos discutindo o laufare que levou Lula à prisão ilegal e à cassação também ilegal de sua candidatura em 2018. Este era o nosso foco de debate e o centro da nossa luta.

É preciso recordar sempre e valorizar devidamente a resistência inigualável da militância do PT na campanha Lula Livre. Foi ali, nas vigílias, protestos e festivais, nas nossas limitadas, mas combativas redes e nos portais da mídia independente, na construção de uma rede de apoios nacional e internacional, na batalha judicial tenaz frente a [Sergio] Moro e à Lava Jato que reunimos energia para fazer de novo Lula presidente.

Temos, sim, que atualizar nossas posições sobre as mudanças no Brasil e no mundo, mas sem esquecer jamais a razão de ainda estarmos aqui, um partido vivo, presente na vida nacional e novamente à frente do governo.

Ainda estamos aqui porque o PT serve a um projeto de transformação do país que está cada vez mais em disputa. Estamos aqui porque o Brasil ainda é um país dividido pela desigualdade histórica e, agora, dividido, também, entre o campo popular e democrático e a violência política da extrema-direita a serviço do aprofundamento das desi-

gualdades.

A eleição do presidente Lula não significa, como pensam alguns, o fim de uma etapa para o PT. Ela é a continuidade de uma trajetória que deve nos conduzir a uma sociedade melhor, mais humana e solidária, com direitos e oportunidades para todos e todas, na construção permanente da transformação rumo à justiça que o sistema capitalista não se mostrou capaz de promover.

É para cumprir esta missão que serve o PT.

Este seminário tem o importante papel de iniciar nosso debate sobre a atualização de nossos posicionamentos e organização partidária, que vai se estender durante todo o processo de eleição da nova direção do PT no início de julho do próximo ano.

Um processo que deve envolver nossa militância, nossos dirigentes e até mesmo nossos simpatizantes. Que deve resultar na ação programática clara que irá conduzir o Partido pelos próximos quatro anos e será fundamental para preparar o processo eleitoral de 2026 para reconduzir Lula novamente à Presidência da República, numa sólida aliança com o campo popular e democrático. É com este espírito que temos de pautar o debate que começa hoje, sem jamais esquecermos o que nos trouxe até aqui!

Obrigada pela presença de cada um, cada uma de vocês que ajudam a construir e fortalecer o Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras!

Bom seminário para todos nós!

Já o presidente Lula dedicou boa parte de seu discurso no se-

minário sobre “a realidade brasileira” a ler trechos do *Manifesto de Fundação do PT*. Este *Manifesto*, publicado no *Diário Oficial da União* de 21 de outubro de 1980, diz o seguinte:

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir por meio de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

Nascendo das lutas sociais

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, fun-

cionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

Por um partido de massas

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já

sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, veem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados. Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia a dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

Pela participação política dos trabalhadores

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanis-

mos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido, proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos.

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isso, é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas esses interesses

não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

Nas publicações oficiais do Partido, informa-se que o Manifesto de fundação foi aprovado num encontro realizado na cidade de São Paulo, a respeito do qual a maioria dos petistas conhece não mais que algumas fotografias. Fotografias que nos ajudam a identificar vários dos fundadores do Partido, parte dos quais pudemos entrevistar.

Um deles é Olívio Dutra, ex-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul (RS), ex-deputado federal constituin-

te (1987-88) e ex-prefeito (1989-92) da capital do estado do Rio Grande do Sul. Instado a recordar detalhes do ato de fundação do PT, Olívio localiza uma foto em preto e branco onde aparece ele próprio — então presidente do Sindicato dos Bancários do RS — e outros homens atrás de uma mesa no centro do auditório do Colégio Nossa Senhora de Sion, localizado na avenida Higienópolis, no sofisticado bairro de mesmo nome, na região central da cidade de São Paulo, capital do estado também denominado de São Paulo (SP).

Na cerimônia de fundação do PT, Olívio usou uma camisa xadrez de mangas curtas. À esquerda de Olívio, está o então líder dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), Luiz Inácio da Silva, conhecido por Lula ou Baiano, de quem o sindicalista gaúcho viria a ser ministro das Cidades 23 anos depois.

Sobre o público que aparece atrás dos componentes da mesa, Olívio comenta o seguinte: “É só olhar para a fisionomia das pessoas, era uma idade entre 30 e 40. Cinquenta anos, no máximo”.

Observando de novo a foto, Olívio reconhece que “é preciso olhar com lupa” para ver onde estão as mulheres na cena. “Mas, naquela época, já havia muitas companheiras mulheres”. Menciona “a companheira de Marighella”, em referência a Clara Charf, companheira de Carlos Marighella, herói da luta contra a ditadura militar; cita também Clara Ant, como exemplo de mulher que, mais tarde, comporia a direção do Partido; e enumera categorias laborais que já tinham maioria de mulheres, como as trabalhadoras da indústria têxtil. Mas não havia representação sindical feminina na mesa de honra. O partido que Olívio presidiria nacionalmente no ano de 1988 só elegeu uma mulher para esse cargo em 2017.

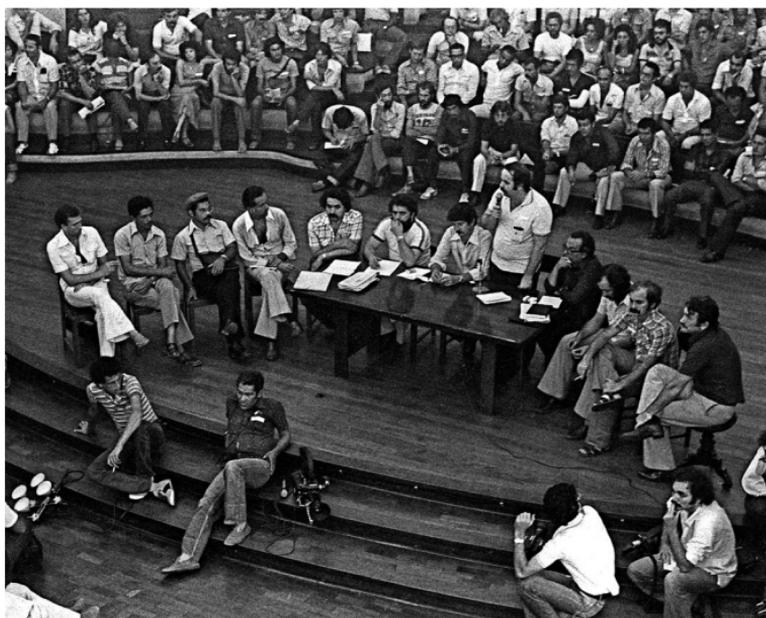


Foto: Juca Martins

Uma mesa e doze homens

A reponsabilidade pela organização da plenária no Sion estava a cargo de Paulo de Mattos Skromov, que também secretariou a mesa. “Paulo era de um sindicato pequeno, mas era muito ativo, muito influente”, afirma Olívio, referindo-se ao então presidente do Sindicato dos Coureiros do Estado de São Paulo.

Enquanto no retrato enquadrado por Olívio há cortes dos dois lados da mesa, na imagem que Paulo Skromov escolheu para a capa de seu perfil no Facebook podemos ver todos os doze homens que se puseram lado a lado no centro do auditório para o protocolo oficial daquela plenária.

Quem eram eles e o que faziam na época? É Paulo quem os identifica. Da esquerda para a direita: 1. José Pedro da Silva, ex-

-vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Osasco (SP); 2. Arnóbio Vieira da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itanhaém e Vale do Ribeira (SP); 3. Manuel da Conceição, ex-prespo político, ex-exilado, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim, na Amazônia maranhense; 4. Edson Correa Khair, deputado federal eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no estado do Rio de Janeiro; 5. Olívio Dutra; 6. Lula; 7. Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia (SP); 8. Paulo Skromov; 9. Henrique Santillo, senador (MDB, estado de Goiás); 10. José Cicote, secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (SP); 11. Wagner Benevides, presidente do Sindicato dos Petroleiros do estado de Minas Gerais; 12. Henos Amorina, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (SP).

Outro sindicalista que também havia voltado do exílio, José Ibrahim, ex-presidente dos metalúrgicos de Osasco, compunha com os demais integrantes da mesa – à exceção de José Pedro e Henrique Santillo –, a primeira executiva nacional do PT.

Essa primeira comissão executiva, com 11 integrantes portanto, havia sido definida no dia 13 de outubro de 1979 em reunião realizada num restaurante de São Bernardo do Campo. “Popularmente, chamávamos [este restaurante] de ‘Frango com polenta’, pois essa era sua principal atração culinária. Mas o nome era Restaurante Demarchi, na via Anchieta, bem próximo da fábrica da Simca”, diz Paulo, que se refere a tal atividade como I Plenária Nacional de Delegados dos Núcleos de Base do Movimento pelo PT, “a fundação oficiosa do Partido”.

O registro no site do Centro Sérgio Buarque de Holanda

(CSBH), da Fundação Perseu Abramo (FPA), indica que se tratou do Encontro Nacional do Movimento Pró-PT e que o restaurante em questão foi o São Judas Tadeu, que funcionou até 2016 e ficava na avenida Maria Servidei Demarchi, no bairro Demarchi, justamente às margens da via Anchieta, em São Bernardo do Campo.

Naquela ocasião, em entrevista ao repórter Gabriel Priolli para a TV Cultura, de propriedade do governo do estado de São Paulo, José Ibrahim declarou: “A gente *tá* partindo já do princípio que todo trabalhador – no sentido amplo da palavra do que é trabalhador, *né*, e que se posiciona em função dos interesses do conjunto dos trabalhadores – deve já, desde já, se considerar como militante em potencial do PT, do Movimento Pró-PT, esse é o primeiro aspecto que *tá* claro entre nós, o outro é que nós, desde agora, vamos começar a adotar procedimentos de partido legal.”

Além de Olívio, 83 anos, Paulo, 78 anos, e Lula, que completou 79 em outubro de 2024, apenas mais um integrante dessa primeira comissão nacional está vivo: Edson Khair, que, aos 86 anos, é procurador aposentado da Justiça do Trabalho do Ministério Público do Rio de Janeiro, cujo departamento de Recursos Humanos informou que ele se recadastrou em abril de 2024 para garantir a manutenção de seus proventos.

O primeiro dos companheiros daquela primeira direção provisória a falecer foi Amorina, em 2008, aos 79 anos. Ibrahim faleceu em 2013, aos 65. No mesmo ano, morreu Cicote, prestes a completar 76. Em 2017, em Itanhaém, faleceu Arnóbio. Em 2021, morreram Manoel da Conceição, aos 86 anos, e Wagner Benevides, sobre quem Lula afirmou o seguinte numa nota de pesar: “Lembro de estar com ele, Cicote, Jacó Bittar e Paulo Skromov em um fusca, na

década de 1970, discutindo a ideia de um partido que permitisse aos trabalhadores não só votar, mas participarem plenamente da democracia”. O falecimento mais recente dentre os membros do grupo foi o de Jacó Bittar, em 2022, aos 81 anos.

Não havia cargos formais definidos entre os 11 integrantes daquela Comissão Executiva Nacional provisória, que aprovou ali o primeiro “Estatuto do Partido”, segundo Paulo, ou “Declaração Política”, como informa o CSBH/FPA. Aprovou-se, ainda, que cada estado da federação realizasse sua plenária estadual dos delegados de Núcleo de Base para eleger dois membros para a Direção Nacional e os delegados à II Plenária Nacional do Movimento Pró-PT, que ficou marcada para 10 de janeiro de 1980, para, finalmente, formalizar a fundação do PT.

Só que não, pois uma das exigências do Tribunal Superior Eleitoral – o tal manifesto político – não ficara pronta a tempo. “Não foi bem um atraso por dificuldade de elaboração do texto final. Era no sentido de harmonizar todo o pessoal que a gente estava aglutinando, no sentido de o texto ser capaz de unificar, também na linguagem política, toda aquela composição que estávamos fazendo. O atraso, então, era necessário para contemplar todo mundo e ter uma expressão que correspondesse à ansiedade de todos que estavam comprometidos com a ideia de criar o Partido dos Trabalhadores”, explica o coordenador da comissão responsável pela redação, Osmar Mendonça, o Osmarzinho, então metalúrgico de São Bernardo.

Foi sobre esse debate a respeito da criação do PT que o repórter Gabriel Priolli ouviu o líder metalúrgico em 11 de dezembro de 1979. Lula diz: “O que levou nós a criarmos um partido foi,

primeiro, o grau de consciência que atingiu os trabalhadores, quer dizer, nós entendemos de que já não precisamos andar a reboque de pessoas que não têm nada a ver com a classe trabalhadora. Nós entendíamos, também, que não teria muito valor um partido criado a partir do Congresso Nacional, quando nós entendíamos de que os partidos precisariam ser criados de baixo para cima, ou seja, a partir de um trabalho de mobilização dos trabalhadores você chegar a um partido político...”

Ainda sem ter um Manifesto Político definitivo, a direção provisória se reuniu em 10 de janeiro na sede do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, na rua Rego Freitas, na região central da capital paulista. Em seguida, receberam jornalistas em uma coletiva de imprensa. Foi um evento concorrido.

Sete minutos e 45 segundos de gravação dessa atividade estão arquivados no Centro de Documentação (CEDOC) da TV Cultura. No início do registro, há um grupo de homens em pé diante de uma faixa branca na qual, mais adiante, no vídeo, podemos ler em letras negras: *PT. Nossa Vez. Nossa Voz.* Ao lado da faixa, há um retrato em preto e branco do jornalista Vladimir Herzog, que fora torturado e assassinado pela repressão da ditadura militar em outubro de 1975.

À frente e à esquerda do público, estão os sindicalistas Henos Amorina, de camisa azul marinho, e Wagner Benevides, de camisa cor de vinho. Mais ao fundo, estão Lula — de cabeça baixa, lendo algo; o deputado federal Edson Kahir, de camisa preta; e o sindicalista José Ibrahim, de xadrez. No meio do cenário da coletiva, Paulo Skromov segura um microfone para Jacó Bittar, que lê o que seria parte do manifesto. Empunhando outro microfone, o repór-

ter Gabriel Priolli também grava a fala do orador. À direita, vemos o sindicalista José Cicote, de calça cor de rosa e camisa clara. Dentre os mencionados, apenas o parlamentar Khair não usa bigode ou barba. O auditório está lotado, há gente em pé. Pode-se ver ao menos oito profissionais com câmeras de vídeo ou de fotografia.

A gravação de áudio da TV Cultura registrou parte da leitura que Jacó fez do manifesto: “O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade da independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce também da vontade de emancipação das massas populares, cansadas das ilusões dos grupos que pretendem substituir a força de suas lutas por palavras de ordem desligadas dos seus interesses. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi e nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Queremos construir uma interna democracia apoiada em decisões coletivas e colegiadas ...”. Após vários cortes na gravação, pode-se ouvir mais um trecho lido por Jacó: “... por isso, protestam quando, uma vez mais na história brasileira, veem partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade e dos ricos para os pobres. Os trabalhadores querem se organizar como força política.”

Durante a coletiva, o grupo anunciou, também, a nova data para a fundação do PT: 10 de fevereiro. Cumprindo outra formalidade legal, a comissão, segundo Paulo, publicou o edital de convocação para o ato no Sion em jornal de grande circulação. O título era *PT: nossa vez, nossa voz*. “O edital de convocação previa o início às 9h e término às 17h, com intervalo para almoço de uma

hora e meia. E foi assim que aconteceu.”, garante o ex-sindicalista.

Na avaliação de Paulo, o adiamento em um mês do ato de fundação teve ao menos uma vantagem a favor de ampliar a adesão à criação do partido. A 6 de janeiro de 1980, havia morrido o então ministro da Justiça, o ex-senador Petrônio Portella, que estava “obstaculizando” a criação do PT. “Ele era o homem do [General] Golbery [do Couto e Silva] e enquadrou o Fernando Henrique [Cardoso], o MR-8 e a Igreja, que havia acabado de sofrer uma endireitização violenta”. Em 16 de outubro de 1978, tivera início o pontificado de Joao Paulo II. “Ele tinha tido militância na juventude, na Polônia, no partido nazista, pró-submissão à Alemanha. E eles começam a trabalhar a ideia de que a União Soviética não tem mais serventia, naquele sentido de conter o movimento, no sentido de ser um comunismo formal, que não era. E, justo na Polônia, estava acontecendo a criação daquele sindicato dos estaleiros”, contextualiza Paulo, lembrando que “já tinha havido a revolução de Portugal [1974], a revolução do Irã [1979], a classe operária tinha chegado a seu maior tamanho no Brasil.”

Foram setores ligados à Igreja, aliás, que se uniram a sindicalistas, em Minas Gerais, para uma atividade de caráter nacional no mesmo fim de semana do ato no Sion. Era uma sobreposição de compromissos. A convocação ao encontro fora feita pelo Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG), mas havia representação de pastorais operárias e comunidades eclesiais de base de vários estados na atividade. “Lá em João Monlevade, o principal líder era o companheiro João Paulo Pires de Vasconcelos, líder sindical dos metalúrgicos locais. Em 10 de fevereiro de 1980, eles criaram a Anampos [Articulação Nacional dos Movimentos Populares e

Sindicais], que, antes dessa data, era conhecida como Articulação Monlevade-São Bernardo”. Dentre os princípios norteadores constantes do Documento de Monlevade, datado de 9 de fevereiro de 1980, constava: “jamais vincular o sindicato a partido político”.

A direção provisória do futuro PT reuniu-se no dia 9 de fevereiro de 1980. Acertaram que Jacó Bittar presidiria a II Plenária Nacional, na qual fundariam o partido no dia seguinte, e Paulo Skromov seria o secretário. Jacó ficara encarregado também do credenciamento, tarefa para a qual teve a ajuda de Fábio Munhoz e outros voluntários. Cabia a eles pedir a ata da reunião do Núcleo de Base que elegeu cada um dos delegados, emitir e assinar os crachás tanto de delegados como de convidados. O grupo tinha como base o escritório político do deputado federal Airton Soares (MDB-SP), na Bela Vista, bairro situado na região central da cidade de São Paulo. O trabalho avançou pela madrugada.

“E o pior, alguns estados não tinham movimento operário, movimento sindical novo, então, o que vinha? Vinha estudante, porque tinha movimento estudantil. No Paraná, por exemplo, tinham ocupações de pessoas desalojadas do interior, de posseiros expulsos que vinham para a capital e fundavam o PT baseados nas ocupações. Os dois delegados paranaenses eram um do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), que na época editava o Semanário *O Companheiro*, e outro era do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). O MEP havia decidido, desde setembro de 1979, apoiar o PT. Já o PCBR era contra até o 10 de fevereiro de 1980, mas, com a adesão repentina de Apolônio [de Carvalho], vieram alguns militantes do grupo já na fundação.”

Segundo Jacó teria relatado a Paulo, na hora do credenciamen-

to, os dois delegados do Paraná queriam impugnar um ao outro e armaram uma briga. O caso era só um exemplo de uma série de problemas que o líder petroleiro estava obrigado a arbitrar naquela madrugada tensa.

Petrônio Portella tinha morrido, mas deixou seu legado de dificuldades à democracia. Em 20 de dezembro de 1979, havia publicado a Lei 6.767, que alterava a Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Exigia que 101 filiados deviam se reunir para aprovar um manifesto de lançamento, acompanhado do estatuto e programa do novo partido, e que deveriam eleger uma direção de até 11 membros efetivos com igual número de suplentes. “O edital que publiquei previa o atendimento a todas as exigências dessa nova lei”, diz Paulo. Portanto, comprovado o comparecimento de no mínimo 101 eleitores filiados, de no mínimo cinco Estados, a plenária seria aberta oficialmente para cumprir a Ordem do Dia: 1 - Proclamar a fundação do PT; 2 - Discussão e Aprovação dos documentos constituintes: Manifesto, Estatuto e Programa; e 3 - Eleição da Direção Nacional. O agendamento de uma nova plenária, nacional para votar os estatutos era uma exigência de última hora do ministro Ibrahim Abi-Ackel, que substituíra Portella.

“Quando cheguei, não tinha nem começado. Muita gente — como Lula, Olívio Dutra — já tinha chegado, mas estava lá por trás. E o pessoal chegando, ocupando o auditório, que ficou lotado, ficou pequeno. Tinham as galerias em cima, eram dois andares, e tinha o auditório na frente e, atrás, um espaço muito grande. A mesa foi colocada embaixo, e, atrás, tinha mais um espaço para o público. Então, tudo isso aí ficou ocupado. Havia de 600 a 700 pessoas. Era uma grande conquista. Todo mundo estava com um

riso no rosto”. recorda-se o fotógrafo Jesus Carlos, que levou para o trabalho no Sion sua Nikon F2, “um tanque de guerra” das máquinas de então, e uma lente 24 mm, “para chegar mais perto”.

Jesus, natural do Recife, capital de Pernambuco, vivia em São Paulo e, naquela ocasião, estava a serviço do jornal mensal *Em Tempo*, dirigido por Flávio Andrade, e cuja redação ficava no bairro de Pinheiros. “Mas, a um evento daqueles, eu iria de qualquer maneira, mesmo que não tivesse sido pautado, porque a gente vinha lutando há muito tempo para que a ideia de montar um partido se tornasse realidade. Eu era de esquerda antes de ser fotógrafo”, diz Jesus, que começou sua militância política em 1966, no movimento secundarista em João Pessoa, na Paraíba. Ele fotografava, também, para outra publicação alternativa de esquerda, o jornal *Repórter*, além de trabalhar na assessoria de imprensa do Sindicato dos Bancários e cobrir as atividades de inúmeros movimentos sociais.

Jesus, que morava no Jardim Miriam, bairro popular da Zona Sul de São Paulo, era militante pró-PT, ajudou a colher assinaturas de adesão ao futuro partido e participava de núcleos de bairros. “Então, [a atividade no Sion] era muito importante para mim e para toda a militância. Vieram lideranças de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, do Rio [de Janeiro], da Bahia, de Rondônia...”.

A então recém-fundada agência de fotojornalismo F4 fez a reportagem no local com dois de seus sócios: Juca Martins, então com 30 anos, e Nair Benedicto, que acabara de completar 40. “Era um ambiente de cordialidade absoluta e, muito mais que formar um partido, era juntar-se aos seus”, diz Nair, que fora torturada por agentes do regime militar e ficara presa por nove meses no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) até a metade de 1970.

Ao sair da prisão, entre outras atividades militantes, ajudou a organizar aulas de Português, Matemática, História e Geografia para operários da Vila Moraes e imediações, na Zona Sul de São Paulo.

Juca e Nair estavam acostumados a cobrir as movimentações políticas e sindicais que antecederam aquele 10 de fevereiro de 1980. Não fotografavam por encomenda. Faziam exclusivamente as pautas que eles mesmos decidiam, explica Juca, que nunca se filiou a partidos políticos e se classifica “completamente anarquista”. A dupla da F4 passou o dia inteiro no colégio acompanhando os trabalhos.

Começava a II Plenária Nacional do Movimento pelo PT, que tinha o objetivo de dar início ao processo de legalização do Partido perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do regime militar. Como planejado, o protocolo no Sion teve início às 9h.

Os integrantes do Movimento pelo PT já tinham feito outras reuniões no local. O colégio das “meninas ricas” da cidade “era influenciado desde os anos 70 pela Teologia da Libertação e pela marcante presença do catolicismo progressista na cidade de São Paulo, sob a liderança do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns”, segundo escreveu Josué Medeiros, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Instala-se, então, no auditório do Sion, a mesa com os dirigentes nacionais. Mas porque Ibrahim não está na foto que Paulo colocou no Facebook? Segundo Paulo, o sindicalista Ibrahim cedeu seu lugar a Zé Pedro, o companheiro que fazia oposição a Amorina nos metalúrgicos de Osasco; mas Zé Pedro diz que foi Lula quem sugeriu que ele e outros companheiros chegassem mais perto. Lula pediu que se anunciasse a presença do senador Henrique Santillo.

“O senador Santillo ainda não integrava o Movimento pelo PT, mas como manifestou ali sua filiação, o convidamos para a mesa na parte do cerimonial”, explica Paulo. É por isso que a mesa oficial tinha doze homens.

Foi depois dessa formação que teve início a sessão de homenagem a alguns primeiros filiados “mais notáveis e significativos”. Ele se refere a Mario Pedrosa, Sergio Buarque de Holanda, Apolônio de Carvalho, Lélia Abramo, Paulo Freire — ali representado pelo professor Moacir Gadotti — e o sindicalista Manuel da Conceição, retornado do exílio. “A cerimônia solene calou fundo e gerou um clima muito positivo, ao mesmo tempo, profundo, histórico e apoteótico”, recorda-se Paulo.

“Os anos 70 foram aquele horror, então, um encontro desses com pessoas que todo mundo amava, o Pedrosa, o pai do Chico, enfim, mesmo que não fossem íntimas, todo mundo lia essas pessoas, sabia da importância delas para a vida da gente naquele momento. Manoel da Conceição era muito solícito, sorridente, muito da paz. Você simpatizava na hora que via. A entrada dele [no Sion] foi muito bonita, era justamente um líder do campo. Minhas fotos o mostram chegando, meio que em duas fileiras indianas e ele no meio”, recorda-se Nair Benedicto.

As imagens captadas em vídeo naquele dia e arquivadas pelo CEDOC da TV Cultura registram esse momento destacado por Nair. Nem é preciso ser petista de carteirinha para reconhecer a entrada de Manoel como um momento emocionante. De fato, ele entra por um corredor aberto em meio ao público, o líder rural usa calça escura, camisa branca, boina xadrez bege e marrom, óculos de grau, uma bolsa pendurada transversalmente. Com a mão es-

querda, ele segura ao lado do corpo o que parece ser um envelope ou uma pasta na cor parda. As pessoas o aplaudem e o ovacionam. Ele sorri. Outro homem o encontra e Manoel faz menção de apertar a mão dele, mas o homem não percebe, poussa a mão direita no ombro esquerdo de Manoel e parece concentrado em direcionar o companheiro ilustre para a mesa.

Em outro ponto do vídeo, vemos que Jacó recebe Manoel e o saúda. Zé Pedro, Arnóbio, Olívio e Lula (fumando), todos em pé, movimentam-se para cumprimentar Manoel. O líder rural também dá a mão a outro homem cujo rosto não aparece e ainda acena para cumprimentar os demais a distância. “Manoel da Conceição”, diz alguém ao microfone, enquanto vemos integrantes da mesa aplaudindo. O senador goiano aplaude enquanto tem um cigarro entre os lábios.

A formação da mesa de honra no evento foi variando, dependendo da etapa dos trabalhos. “Lélia Abramo estava na mesa em algumas fotos”, atenta-se o fotógrafo Juca, ao observar que as mulheres não tiveram protagonismo, mas eram várias em meio ao público, como também podemos observar no vídeo do evento. A presença de fotógrafos independentes ou da imprensa alternativa garantiu os registros que se difundiram e que conhecemos daquele dia.

Fora essas imagens guardadas pelo CEDOC da TV Cultura, não encontramos outros vídeos dessa ocasião. A FPA informou que não tinha. Nem mesmo Paulo Skromov, que preza pela preservação da memória daqueles tempos e tem o costume de guardar fotos, documentos e recortes de jornais, tinha conhecimento dessa gravação. Foi assistindo a um documentário sobre o ex-prefeito de Santo

André Celso Daniel (PT) que ele viu alguns poucos segundos de “imagens em movimento” da mesa de honra no Sion. Foi a partir dessa informação que chegamos à referida gravação e às demais mencionadas neste texto.

O vídeo mostra Mario Pedrosa sentado na plateia, de camisa listada branca e azul, calça azul. Ele segura uma bengala na mão direita e tem a seu lado esquerdo, também sentado, Sérgio Buarque de Holanda, que usa paletó bege e camisa branca. O cinegrafista fez imagens também em frente ao Sion, mostrando grupos de pessoas conversando ou circulando. No muro junto à entrada, há duas faixas, uma das quais diz: *A HORA DA LEALDADE PT DIRIGIDO E CONSTRUÍDO PELOS TRABALHADORES*. Assim mesmo, em letras maiúsculas. A outra faixa, assinada pelo PT Nova Iguaçu (RJ), também traz em letras maiúsculas algo sobre *POVO ORGANIZADO*, mas as imagens não permitem que se possa fazer a leitura completa da mensagem.

Quando o secretário tentava encaminhar o primeiro ponto da pauta no Sion, um jovem trabalhador delegado de Núcleo de Base de Brasília interrompeu os trabalhos para fazer uma denúncia. “Era um militante ligado a esse menino que depois veio a fundar o PCO”, recorda-se Paulo. O rapaz estava indignado, pois avistara no evento seu ex-patrão, que o demitira durante uma greve por melhores salários e condições de trabalho. “Que partido dos trabalhadores é esse? Patrão repressor”, acusava o militante, referindo-se a Onofre Quinan, empresário do setor de distribuição de gás em Goiás, Distrito Federal e Tocantins, que fora levado pelos irmãos Santillo. “Henrique Santillo tinha sido do movimento estudantil, e o irmão dele, Adhemar, que era um político de carreira e não

tinha nada a ver, levou um empresário de Goiânia. Um patrão na plenária de fundação do PT foi uma provocação. Era outra época, uma época de efervescência, de quase pré-revolução. Imagine quantas pessoas ali que estavam acabando de fazer greve e que não admitiam que um patrão repressor, antissindical, antigreve, estivesse ali, fundando um partido junto conosco. Virou um escândalo”, relata Paulo.

Com o objetivo de dar seguimento à pauta e apaziguar os ânimos, Paulo sugere um encaminhamento. “Para aquilo não borrar tudo, o que é que eu fiz? Eu propus criar uma comissão de ética ali mesmo e isolar o empresário e o denunciante da plenária. Imediatamente, perguntei se havia voluntários, e havia. Porque a gente tinha que limpar a área para prosseguir, porque o clima esquentou. Então, foram cinco companheiros mais o patrão e o funcionário que o denunciou. Eu disse para eles subirem numa sala de aula que estava à nossa disposição no Sion: ‘vocês vão lá constituir, fazer a primeira reunião da comissão de ética e eu vou seguir aqui com a ordem do dia’. Foi o que eu fiz. E limpamos a área. Eram provocações propositais, para emperrar a coisa.”

Segundo Paulo, a própria chegada dos irmãos Santillo foi surpreendente para quase todos. “Lula sabia que viriam, mas os demais dirigentes não. Jacó soube na noite anterior, quando estava a fazer o credenciamento. Depois, ele contou-me que Airton Soares, Alemãozinho e Osmar Mendonça comemoraram a chegada dos Santillo.”

Para Airton Soares, a presença do trio de Goiás representava um prestígio para o evento e lamentou o fato de o senador ter sido vaiado ao ter o nome anunciado. O empresário Onofre Quinan foi

vice-governador (1983-6), governador (1986-7) e senador (1991-8) de Goiás pelo PMDB. Ele e os irmãos Santillo são falecidos.

E qual foi o resultado da primeira comissão de ética do PT? “Nem chegou a apurar e dar parecer, pois o empresário goiano e seus mentores diretos, os irmãos Santillo, desfilaram-se [do PT] logo ao final do mês de março”.

Zé Pedro confirma a “confusão” que a presença do empresário gerou e pondera: “Não era só com patrão que tinha confusão, quando tinha sindicalista pelego também queriam pegar no pau”. E tinha algum sindicalista pelego naquele plenária de fundação? Ele ri e diz: “tinha gente muito conservadora. E tinha até confusão sobre a compreensão de pelego, por exemplo, para alguns, Henos Amorina era um grande pelego, mas o Lula achava que não. Ele era um sindicalista conservador, mas tinha seus valores. O diabo é que ele não queria organizar a categoria. A gente queria mais verba para organizar os trabalhadores por fábrica, por região. Ele dizia: ‘não, se o trabalhador não vem no sindicato é porque ele *tá* tranquilo, deixa lá. Quando a água bater na bunda ele vem’”.

A iniciativa da comissão de ética foi suficiente para permitir que Paulo desse prosseguimento aos trabalhos de fundação do PT. “Eu presidi a plenária de fato, mas eu escrevi na ata que o presidente foi o Jacó. Porque já tinha muita hostilidade contra mim, então eu presidir e secretariar uma plenária com essa importância, essa relevância, ia atrair muito mais [hostilidades]”.

Chegado o momento de consultar os delegados sobre a fundação do Partido dos Trabalhadores, a decisão favorável foi tomada por aclamação. Mas, segundo Paulo, “cinco” presentes teriam votado contra.

Enquanto a direção seguia com a pauta dos trabalhos, dois companheiros reescreviam o Manifesto Político, o tal texto que havia provocado o adiamento em um mês da fundação do PT. “O pior problema que tivemos que contornar era que a comissão de redação do texto político não chegara a um consenso e trouxe um texto muito ruim, que aquele plenário rejeitaria ou emendaria em demasia, atrasando os demais procedimentos formais e substanciais que tínhamos a cumprir. O texto básico estava falho e incoerente e criaria celeumas diversionistas em nossa plenária, realçando o lado negativo de nossa diversidade. Mas essa e outras provocações, armadilhas e obstáculos não eram nada para nós sindicalistas e socialistas democráticos – *à la* século 19 –, pois sabíamos, com muita consciência, ser aquela uma chance única de proclamar, pública e fortemente, a fundação do partido proletário de massas, quebrando um veto mais que cinquentenário dos mantenedores da ordem mundial do Oeste e do Leste.”

Segundo Paulo, foi providencial a colaboração dos companheiros Fábio Munhoz e Francisco Auto Filho, então líder do movimento contra a carestia cearense. “Enquanto eu tocava a mesa, cada um deles, sentados nas escadas do Sion, com o papel no joelho, copiavam rapidamente, e com muita felicidade, o texto ruim vindo da comissão. E, assim, ficou bom e palatável para aquele plenário.”

O texto básico foi lido e o plenário foi dividido em grupos de trabalho que foram distribuídos em salas de aula do colégio para fazer a discussão até pouco depois das 13h. “E fomos todos para o almoço”. Juca Martins fez a foto do grupo durante esse descanso, numa das escadarias do Sion.

Na retomada dos trabalhos, por volta das 15h, “constatamos que

as emendas dos grupos eram quase razoáveis e as assimilamos”. “Lemos o relatório com as emendas mais representativas vindas dos grupos de trabalho e propus que algumas fossem consideradas consensuais, com pequenos retoques de meus providenciais e solertes redatores: Fábio Munhoz e Francisco Auto Filho. Votamos em plenário apenas duas ou três mais polêmicas. Mas foi rápido.”

Por volta das 16h, o Manifesto Político foi votado e aprovado. Faltava apenas a eleição da direção. Houve pleno acordo entre Lula e os demais sindicalistas. “Reunidos ali mesmo no Sion no intervalo de almoço, decidimos, por consenso, ratificar os mesmos onze da Executiva Nacional eleita em 13 de outubro de 1979, e deixar a eleição da segunda Direção Nacional para a Plenária Nacional que realizaríamos no início do segundo semestre daquele ano. E assim foi feito. No plenário, isso foi rapidamente aclamado sem qualquer contestação.”

Como secretário da mesa, estava sob a responsabilidade de Paulo também fazer a ata e cuidar da lista de assinaturas. “Então, eu comprei um livro de 50 páginas e nós pegamos escrupulosamente assinaturas de personalidades e, claro, distribuindo pelos estados, eram 14 estados. O primeiro filiado a assinar foi Mário Pedrosa, depois os que homenageamos no início, depois, Lula e os companheiros da mesa e, a partir daí, respeitamos a fila até chegar aos 101 [filiados]”.

Paulo queixa-se que, eventualmente, fontes mal-informadas afirmam que o primeiro filiado do PT foi Apolônio. Então, para que não restem dúvidas, os seis primeiros filiados do PT foram: Mário Pedrosa, Manoel da Conceição, Sérgio Buarque de Holanda, Lélia Abramo, Paulo Freire (sendo que seu “procurador” Moacir Gadotti assinou por ele) e Apolônio de Carvalho.

O fotógrafo Juca Martins lembra-se bem desse momento. “Um dos primeiros [a assinar] foi o pai do Chico Buarque [Sérgio Buarque de Holanda]. Porque o Chico só vai se aproximar do PT muitos anos depois, o pai era mais ousado do que o filho. Outro que também era uma simpatia, que ganhou o prêmio da Legião Francesa e lutou na guerra civil espanhola [Apolônio de Carvalho], e o Mario Pedrosa. Quando começam a abrir o livro para assinar a filiação, essas figuras velhinhas se levantando, o auditório inteiro aplaudindo, era emocionante”.

Fez-se, então, um pequeno intervalo para que Paulo redigisse o corpo narrativo formal. “Aí, começava o texto da ata: ‘Aos 10 de fevereiro...’” Terminado o texto, os 101 voltaram a assinar. “Na mesma ordem. Olha que atenção tinha que ter, era exigência do TSE da ditadura. Depois, nós abrimos o livro para todos que estavam querendo assinar, foram mais 700 ou 800 assinaturas. Por fim, Jacó assumiu a condução para dizer que a plenária cumprira plenamente seus objetivos e passou a dar a palavra a quem mais da mesa quisesse falar, e foi muito emocionante ouvir Lula, Conceição e outros já num clima de informalidade.” O fotógrafo Jesus Carlos confirma a euforia: “O clima era de festa. Cada um que falava era aplaudido de pé”, recorda-se.

“[O ato no Sion] não foi o início do PT, mas ganhou uma importância muito grande porque, publicamente, nosso início foi mais silencioso e, ali, fizemos todo o escândalo possível”, afirma Paulo.

A aprovação do Estatuto e Programa ficou para a seguinte reunião nacional, que seria precedida de encontros estaduais. “Ao final, fui muito elogiado e parabenizado pela direção que imprimi

na condução do evento. E não foi nada tranquilo e sem surpresas e obstáculos. O Jair Sá, dirigente da APML [Ação Popular Marxista-Leninista], que recém chegara da China com Manuel da Conceição, abraçou-me escandalosa e efusivamente ao final, na frente de todos.”

E o livro de assinaturas, onde está? “Quando, em julho de 1980, o PT elegeu um novo secretário, o [Francisco] Weffort, ele veio pedir para mim os documentos, a ata da plenária da fundação. Aí, eu dei o livro, dei as fichas dos filiados que nós tínhamos feito lá e dos filiados antes da plenária. E, uns cinco anos depois, no enterro do companheiro Fábio Munhoz, Weffort me contou: ‘Olha, Paulo, aquela ata foi sumida, roubada das minhas mãos, estava sob minha guarda e desapareceram com a ata logo nos dias imediatos que eu tinha assumido a secretaria. Então, para legalizar [o PT], eu tive que inventar outra ata, tivemos que correr atrás das assinaturas e ninguém lembrava mais quem eram, tirando aquela meia dúzia de figurões que nós chamamos na solenidade do dia 10, como o Mario Pedrosa, o Buarque de Holanda’. Ele teve que fazer outra ata em outro livro, pois tinha que instruir o processo da legalização do Partido, enfim deferido pelo TSE em julho de 1981.”

E quem teria sumido com a ata original? Não se sabe, é um grande mistério. Mas a história que veio depois não tem nada de misteriosa: foi produto de muita luta.

Viva o Partido dos Trabalhadores! E das Trabalhadoras! Viva o PT!!

Rita Camacho

Jornalista e filiada ao Partido dos Trabalhadores

Posfácio

RITA CAMACHO

Passados 45 anos, quase nada mudou no cenário que abrigou o ato de fundação do PT, em 10 de fevereiro de 1980. O portão e os muros do Colégio Sion preservam a mesma estética que vemos nas imagens captadas pela TV Cultura naquele domingo festivo da plenária petista, quando a entrada da escola da elite paulistana foi tomada por faixas levadas pelos militantes.

Não fossem as câmeras de monitoramento e estudantes circulando com o celular em mãos, mal se notaria a passagem do tempo. Tudo está preservado. E isso se nota nos mínimos detalhes. O estilo eclético do prédio que abriga a escola inaugurada em 1901 tem assinatura do arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo.

Ao entrar no saguão principal, decorado com móveis antigos e escuros, vemos ao fundo a porta de duas folhas, construída em madeira e vidros, atrás da qual está o auditório onde a Comissão Provisória do Movimento Pró-PT conduziu os trabalhos. Descendo cinco degraus, acessa-se a plateia. Duas modernidades saltam aos

olhos em contraste com a estética centenária do lugar: a necessária rampa e quase 300 cadeiras em poliuretano na cor azul de um lado da plateia e verde do outro.

Pelo corredor central ou pelas laterais, chega-se ao centro do auditório, onde ainda há um piano no canto direito, como naquele dia, assegura-se o fotógrafo Juca Martins ao conferir seus arquivos *online*.

Em seguida, ao fundo, está uma arquibancada original, com assentos e encostos de madeira, onde, ao centro da fileira mais alta encontra-se sobre um pedestal uma imagem de Nossa Senhora de Sion. É o fotógrafo Jesus Carlos que afirma que a santa estava lá também no ato de fundação. Quem duvidaria dele? Mas, por via das dúvidas, fizemos uma busca. E, sim, a santa estava lá, ainda que encoberta parcialmente encoberta pelas faixas levadas pelo público.

Jesus, Juca e a colega Nair Benedicto são autores das fotos mais conhecidas daquele dia histórico. Os três voltaram ao Sion na tarde do dia 12 de março de 2025, após passarem a manhã na sede da Fundação Perseu Abramo gravando depoimentos de quase três horas para registro do Centro Sérgio Buarque de Holanda.

Além de detalhar o que se lembram do ato no Sion, contaram sobre suas experiências na cobertura das jornadas de luta da classe trabalhadora e dos movimentos sociais nos anos de 1970 e 1980. Discorreram sobre as dificuldades de armazenamento e preservação de seus acervos e polemizaram sobre as novas tecnologias. O conteúdo captado será disponibilizado online no canal da FPA no Youtube.

No Sion, os fotógrafos homenageados estiveram acompanha-

dos de dois diretores da FPA — Elen Coutinho e Valter Pomar — e funcionários do CSBH — a coordenadora Vanessa Nadotti e o arquivista Sarkis Alves. Acompanharam a visita também Sérgio Silva, fotógrafo da FPA, Sônia Fardin, historiadora e pesquisadora sobre fotografia, e esta jornalista.

Depois da vistoria no auditório, o grupo pôde visitar o local onde o então sindicalista Lula e outros companheiros da Comissão Provisória descansaram após o almoço, longe do tumulto no intervalo dos trabalhos. Eles se sentaram nos degraus do segundo lance da escada que leva ao primeiro andar, onde não podiam ser vistos do saguão. Mas Juca os seguiu e registrou o flagrante.

Na nossa visita — e Juca, desta vez, sentado conosco na escada —, pedimos ao fotógrafo Sérgio que tentasse reproduzir o mesmo ângulo. Ele confere a foto antiga no celular de Sônia, posiciona-se e clica. E a excursão termina com um registro do grupo na frente do Colégio.

Já na calçada, Nair comenta: “Momentos deste tipo podem trazer todo tipo de reminiscências”. Pergunto qual era o sentimento ali: “Reminiscências felizes”.



Fachada atual do Colégio Sion.

Foto: Guilberme Gandolfi



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores